



JOSÉ DIRCEU, LULA E ANTONIO PALOCCI REUNIRAM-SE POR MAIS DE TRÊS HORAS ONTEM À TARDE: AUMENTO DA ECONOMIA FARÁ BEM AO PAÍS

País economizará mais

SANDRO LIMA E
VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

O governo decidiu aumentar o superávit primário de 4,25% para 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme antecipou o *Correio Braziliense* há uma semana. Com o aumento, a economia do governo este ano subirá de R\$ 71,5 bilhões, segundo o acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em setembro de 2003, para R\$ 75,8 bilhões. Ontem, o FMI aconselhou a União Europeia a agir da mesma forma.

A decisão brasileira de reforçar o ajuste fiscal foi anunciada ontem pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, após mais de três horas de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros da Casa Civil, José Dirceu, e do Planejamento, Guido Mantega. "O aumento da arrecadação nos permite trabalhar com um superávit de 4,5% este ano", afirmou Palocci.

"Economizar um pouco mais fará bem ao país", disse, admitindo a possibilidade de a meta de superávit em 2005, de 4,25%, também ser revista. No entanto, isso será negociado com o Congresso, já que a proposta

do Orçamento da União do ano que vem foi enviada com esse percentual. "Qualquer mudança será negociada com os relatores", frisou.

O ministro disse que um dos objetivos da medida é melhorar o controle das contas públicas ampliando "o esforço fiscal quando há um resultado de receita mais amplo, e não necessariamente fazê-lo quando há um período de mais restrição e dificuldade".

Questionado se a medida foi tomada para conter a tendência de elevação dos juros, Palocci disse que a taxa básica é uma questão exclusiva do Banco Central. O ministro ressaltou, porém, que o aumento do superávit "ajuda o conjunto das políticas econômicas, inclusive a fiscal".

Risco-país

A decisão do governo de aumentar o superávit primário deverá derrubar o risco-país para uma patamar abaixo dos 400 pontos nos próximos dias, prevê o economista-chefe da consultoria Global Station, Marcelo

de Ávila. A última vez que isso aconteceu foi em janeiro de 2004, quando chegou a 398. Ontem, fechou nos 461 pontos, com recuo de 0,43%.

Para Sérgio Werlang, diretor-executivo do Banco Itaú e ex-diretor de Política Econômica do BC, a medida permitirá ao Brasil reduzir a sua maior vulnerabilidade: a dívida pública, que está em 56% do PIB. "Com uma economia de recursos a mais para o pagamento de juros, a dívida cairá mais rápida, aumentando a credibilidade em relação ao país", disse. Ele destacou que é a primeira vez que o governo aumenta voluntariamente o superávit primário sem a economia estar mergulhada em uma crise. "Isso

não aconteceu em nenhum outro governo", assinalou. Na avaliação deles, o ideal seria que o governo mantivesse o superávit maior por um período prolongado para que a relação entre a dívida pública e o PIB caísse de forma mais rápida. Para justificar essa posição, Werlang lembrou o caso da Irlanda, onde a dívida despencou de 120% para 30% do

PIB em 15 anos, ao se fazer superávits entre 5% e 8% ao ano.

Investimentos

Além do aumento do superávit, o governo anunciou ontem um pacote de obras para diminuir os problemas nos portos brasileiros. O objetivo é retirar os entraves às exportações e garantir o escoamento da próxima safra agrícola. A previsão é de investir, até o final deste ano, R\$ 62,6 milhões em obras nos 11 principais portos, que respondem por 89% dos embarques para o exterior.

A União investirá R\$ 33 milhões e os demais R\$ 29,6 milhões ficarão a cargo das Companhias Docas, sociedades de economia mista ligadas ao Ministério dos Transportes. A "Agenda Portos" injetará recursos em Santos (SP), Sepetiba (RJ), Vitória (ES) e Itajaí (SC), entre outros.

Ainda ontem, com elogios ao desempenho da economia brasileira, o FMI aprovou a oitava revisão do acordo acertado em setembro de 2002. A aprovação permitirá a liberação de US\$ 1,3 bilhão para o Brasil. No entanto, o governo não pretende recorrer ao dinheiro, porque vê o atual acordo como um mecanismo de prevenção.

COLABOROU THEO SAAD

SUPERÁVIT

R\$ 75,8
BILHÕES

é quanto o governo federal
economizará este ano